



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO  
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL  
FUNDAÇÃO PARQUE TECNOLÓGICO DA PARAÍBA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**

## **C E D R U S**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU*  
ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**

**Projeto de Curso de Pós-Graduação Lato Sensu  
Processo 23074.002419/05-25**

**Campina Grande – PB  
Julho de 2005**





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
PRÓ REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA**

**PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU  
ANO DE INÍCIO: 2005**

**1. IDENTIFICAÇÃO DO CURSO**

**1.1. CURSO:** Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável

**1.2. CATEGORIA:** Especialização Res 01/01 CNE/CES

**1.3. LOCAL DE REALIZAÇÃO:** Na sede

**1.4. NATUREZA:** Departamental

**1.5. UNIDADE(S) RESPONSÁVEL(EIS):**

1) Departamento de Ciências Sociais, Direito e Filosofia

**1.6. COORDENADOR DO CURSO:**

**Nome:** Márcio de Matos Caniello

**Titulação:** Doutor

**Unidade de Lotação:** Departamento de Ciências Sociais, Direito e Filosofia

**Telefone da Unidade:** 310-1210

**Telefone da Residência:** 333-2896

**E-mail :** caniello@ch.ufcg.edu.br

**1.7. RESERVADO À PRPG**

**Nº DO PROCESSO :** \_\_\_\_\_ **Nº DA RESOLUÇÃO:** \_\_\_\_\_ - CONSEPE

**Nº DA PORTARIA DE REAUTORIZAÇÃO:** \_\_\_\_\_ - PRPG

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

**2.1. PERÍODO DE REALIZAÇÃO:** Início: 01/04/2005 Término: 31/03/2006

**2.2. CARGA HORÁRIA:** 668 horas

**2.3. MODALIDADE DO CURSO:** Modular  
Regular: **x** Tempo Integral  
Tempo Parcial: **x**

**2.4. NÚMERO DE VAGAS:** 36

**2.5. DISTRIBUIÇÃO DAS VAGAS:**

Público em Geral: 36

**2.6 - CLIENTELA ALVO:** O curso se destina a portadores de diploma de curso de graduação que estejam envolvidos nas diversas atividades relacionadas ao desenvolvimento sustentável nos territórios rurais prioritários para a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), indicados pelas CIATS (Comissões de Instalação das Ações Territoriais) da Região Nordeste, prioritariamente dos estados da **Paraíba** (Borborema, Médio Sertão, Zona da Mata e Cariri); **Rio Grande do Norte** (Borborema, Seridó, Açu-Mossoró, Chapada do Apodi e Mato Grande); **Sergipe** (Alto Sertão e Sertão Ocidental); **Pernambuco** (Sertão do Araripe, Sertão do Pajeú, Agreste, Mata Sul, Agreste Central e Sertão do São Francisco) e **Alagoas** (Alto Sertão, Médio Sertão, Bacia Leiteira, Agreste e Litoral Norte).

**2.7. SE O CURSO FOI OFERTADO ANTERIORMENTE, INDICAR O Nº DE VEZES E SE OBTEVE APOIO EXTERNO PELO MENOS UMA VEZ:**

Curso ofertado:       vez(es)  
Apoio obtido :

**2.8. FOI ENCAMINHADO À PRPG O RELATÓRIO FINAL DO ÚLTIMO CURSO REALIZADO?**

Sim

Não

### 3. JUSTIFICATIVAS, OBJETIVOS E METAS E NECESSIDADE/IMPORTÂNCIA DO CURSO

#### 3.1. JUSTIFICATIVAS

A implementação do conceito de desenvolvimento territorial sustentável como elemento norteador de estratégias, políticas e ações governamentais e não-governamentais voltadas à melhoria da qualidade de vida e à redução das desigualdades sociais nas regiões brasileiras que apresentam os mais baixos índices de desenvolvimento humano, requer um esforço permanente e planejado de capacitação dos diversos atores sociais interessados em participar do processo de superação da pobreza e da exclusão social.

O desenvolvimento rural consiste num processo de mudanças que leva ao dinamismo econômico e à melhoria da qualidade de vida da população, potencializando as capacidades territoriais e incrementando as oportunidades sociais, a viabilidade e competitividade da economia e a conservação dos recursos naturais. Ele resulta, assim, da interação e sinergia entre a qualidade de vida da população local – redução da pobreza, geração de riqueza e distribuição dos ativos -, a eficiência econômica – com agregação de valor na cadeia produtiva – e a gestão pública eficiente, mediada pela boa governança, pela organização da sociedade e pela distribuição dos ativos sociais.

O desenvolvimento territorial é visto como um resultado de um complexo processo multidimensional e multi-setorial que combina roteiros técnicos, políticos e sociais, resultando na crescente inclusão dos atores nas ações que produzam maior autonomia do território sobre suas múltiplas dimensões, sendo eles considerados gestores e sujeitos do desenvolvimento. Esse conceito de desenvolvimento está baseado no paradigma da sustentabilidade, estando, portanto, intimamente relacionado à noção de “gestão social” como elemento central das transformações pretendidas, constituindo-se, assim, num processo de gerir assuntos públicos, principalmente políticas de valor social para o desenvolvimento territorial.

A gestão social cruza-se com os processos de descentralização política e administrativa, redefinindo formas de organização social e novas relações entre o político, o social e o econômico, com sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade. A gestão social conduz ao empoderamento da sociedade, com a formulação de compromissos entre o público, o privado e o terceiro setor, garantindo a participação social na gestão pública.

A gestão social requer sistemas descentralizados, baseados em forte participação, maior densidade de informação, parcerias e articulações em rede. Em desenvolvimento territorial requer a construção de pactos de concertação social dentre os diversos atores sociais, públicos e privados, o detalhamento do pacto em um plano de desenvolvimento negociado, a construção de institucionalidades que representem espaços de compartilhamento do poder e da responsabilidade e entidades, com controle social, que executem a gestão do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A Gestão social é vista, ainda, como o mais efetivo referencial para conferir sustentabilidade ao desenvolvimento em territórios rurais. A idéia da sustentabilidade está diretamente relacionada à continuidade, à permanência da qualidade de vida e às oportunidades da sociedade ao longo do tempo, incorporando uma perspectiva de longo prazo. Parte de uma base ética que demanda uma solidariedade social.

O enfoque ou abordagem territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas.

Trata-se de uma proposta de implementação de uma ação coletiva para a construção de um modelo de desenvolvimento com foco no ser humano, o que torna a participação das pessoas fundamental. Nesse enfoque, o desenvolvimento pressupõe comunidades e grupos dinâmicos, com um agir protagonista e cidadão, com uma forte participação, maior densidade de informações, parcerias, articulações em rede e diálogo permanente entre as diferentes concepções de desenvolvimento.

O enfoque territorial estimula as parcerias entre órgãos de governo e entre estes e organizações da sociedade e do mercado. Mas não basta complementaridade e convergência. Trabalha-se para que todos os envolvidos tenham confiança mútua e estejam de fato engajados, pois o compartilhamento do poder e da responsabilidade entre Estado e Sociedade Civil possibilita a construção de uma nova institucionalidade.

Cabe assinalar que os territórios são heterogêneos e diferentes e não revelam uma identidade única. É preciso conhecer suas especificidades porque não se podem aplicar processos idênticos a todos; é preciso construir novas estratégias à medida que os trabalhos progridem. O enfoque territorial busca resultados nas soluções que contemplem uma combinação das quatro dimensões do desenvolvimento sustentável:

- **Econômica:** inclui a dinâmica geral da economia, considerando, dentre outros aspectos, os resultados econômicos, com níveis de eficiência atingidos através da capacidade de usar e articular recursos locais para gerar oportunidades de trabalho e renda, fortalecendo as cadeias produtivas e integrando redes de pequenas empresas, aperfeiçoando as condições de oferta de infra-estrutura para o desenvolvimento da economia.
- **Sociocultural:** procura-se a promoção de mais equidade social, através da intensa participação dos cidadãos e cidadãs nas estruturas do poder, tendo como referência à história, os valores, a cultura do território e o respeito pela diversidade. Atua-se sobre a situação geral da educação e da formação de recursos humanos, focalizando-se as relações de trabalho e indicadores sociais. Incluindo uma análise antropológica dos grupos sociais dos territórios e suas diferentes manifestações histórico-culturais, artísticas e artesanais, busca-se entender a identidade cultural comum e a sua tradução nas diferentes formas de manifestação (culinária, forma de produzir e comercializar), os valores éticos e morais, as regras consuetudinárias, as diversas formas de relacionamento interno e externo ao território, as redes de solidariedade e cooperação existentes, dentre outros aspectos.
- **Político-institucional:** investe-se em novas institucionalidades que permitam a construção de políticas territoriais negociadas, ressaltando o conceito de governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania. É incluída a análise do sistema político e da estrutura de poder prevaiente, dos atores sociais e seus interesses, da organização do estado e da sociedade, do nível de organização e participação da sociedade.
- **Ambiental:** compreende-se o meio ambiente como ativo do desenvolvimento, utilizando o princípio da sustentabilidade e enfatizando o conceito de gestão da base de recursos naturais, considerando os ecossistemas particulares; a disponibilidade dos recursos renováveis e não renováveis.

Nesta perspectiva, é necessário repensar as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, levando em consideração alguns pressupostos fundamentais:

- O desenvolvimento sustentável como referencial teórico para elaboração das políticas públicas;
- O enfoque territorial como estratégia de desenvolvimento com a integração das políticas públicas e sociais;
- O fortalecimento da governança territorial com o envolvimento dos diferentes atores sociais na definição das prioridades sociais, planejamento e gestão social das políticas do território no controle social dos gastos públicos;
- O uso de metodologias participativas e interativas na elaboração dos diagnósticos e planos territoriais de desenvolvimento sustentável;
- A revitalização e o fortalecimento da função social do Estado, a partir de sua maior capilaridade e da intensificação da participação da sociedade civil no acompanhamento, controle e avaliação dos resultados das políticas de desenvolvimento rural.
- O fortalecimento dos sistemas produtivos com geração de trabalho e renda, com um novo modelo tecnológico, com assessoria técnica e extensão rural.

Portanto, ao instituir um programa nacional de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais, o governo federal reconhece a necessidade de transformar os atores sociais locais em protagonistas efetivos do planejamento e do gerenciamento do desenvolvimento em suas comunidades, assentamentos, municípios, microrregiões. Para que este reconhecimento possa se transformar em

participação concreta e efetiva daqueles que vivenciam as dificuldades e vislumbram as oportunidades dos territórios rurais na condução da superação da pobreza e da desigualdade social, é necessário capacitar estes atores sociais de modo a que possam, na prática, serem agentes da gestão participativa.

Os desafios para a implementação de um processo de capacitação de atores sociais dos territórios rurais fundado nestes princípios não são poucos e envolvem múltiplos conhecimentos e habilidades e a superação de práticas sociais e pedagógicas consolidadas ao longo de várias décadas. Neste sentido, é importante ressaltar que a noção de território, entendida como a expressão e projeção no espaço da identidade de uma população, envolve características sócio-culturais, ambientais, político-institucionais e econômicas que devem ser enfrentadas e integradas nas ações de desenvolvimento sustentável.

Por outro lado, a capacitação dos atores sociais, agentes privilegiados das estratégias e ações de desenvolvimento territorial sustentável das áreas rurais, além dos conhecimentos de cada área específica do conhecimento, deve aproveitar os saberes, as habilidades e a prática social dos participantes, aproveitando-se da riqueza pedagógica oferecida pelas trocas de experiência, pela vivência de situações reais e pela discussão em grupo. Assumimos o compromisso de reduzir o individualismo na aprendizagem e de enfatizar a construção coletiva do conhecimento, transformando o curso num momento privilegiado de reflexão e crítica sistemática sobre a realidade dos atores sociais e institucionais.

A realização de um curso de pós-graduação em desenvolvimento rural sustentável, em nível de especialização, como o aqui proposto, não pode dar conta de todas as necessidades de capacitação e de fortalecimento do capital humano e social requeridas pela implementação de uma estratégia de superação da pobreza e da desigualdade social nos territórios rurais brasileiros. Mas, acreditamos, é fundamental para contribuir com o processo permanente e continuado de desenvolvimento das habilidades requeridas dos atores sociais que desejem se integrar neste processo, sejam eles vindos dos movimentos sociais, das organizações da sociedade civil ou do poder público.

A formatação do curso de especialização em desenvolvimento rural sustentável que aqui está sendo proposto pelo Departamento Ciências Sociais, Direito e Filosofia do Centro de Humanidades (CH) da Universidade Federal de Campina Grande, busca incorporar estas reflexões. Ora, a reflexão sobre o desenvolvimento rural em nível de pós-graduação tem uma longa história no âmbito do Centro de Humanidades, pois ali foram criados, em 1977, os Cursos de Mestrado em Sociologia e Economia Rural, os quais acumulam uma extensa produção científica no campo dos estudos rurais.

Com um desempenho acadêmico memorável durante a primeira metade dos anos 80 (Cf. Caniello, 2003), esses cursos firmaram-se como referências nacionais no debate teórico e metodológico sobre a realidade rural brasileira e nordestina, tendência impulsionada pela publicação, a partir do segundo semestre de 1982, da *Revista Raízes*, periódico semestral ainda em circulação que tem como temáticas dominantes os estudos rurais e a abordagem do desenvolvimento em suas diversas dimensões.

Um fator importante para a vitalidade dos cursos durante as décadas de 80 e 90 foi a perenidade de uma forte política de cooperação acadêmica iniciada já em 1979 com a assinatura de um convênio com a Universidade Paris X em torno do *Projeto Sócio-Economia do Mundo Rural*, o primeiro na área de Ciências Sociais, do Acordo CAPES/COFECUB, no âmbito do qual os cursos se mantiveram por mais de 20 anos.

Atualmente, o Programa de Pós-Graduação em Sociologia mantém convênios com o INRA, Universidade de Tours e Universidade Federal de Santa Catarina, no âmbito do Acordo CAPES/COFECUB (*Projeto Desenvolvimento territorial sustentável: diagnóstico de potencialidades e obstáculos em zonas rurais dos estados da Paraíba e Santa Catarina*), com a Universidade Estadual de Campinas e as Universidades Federais de Pernambuco e do Rio Grande do Norte no âmbito do PROCAD/CAPES (*Projeto Mundo rural e ciências sociais: produção de conhecimento e formação de pesquisadores*, sob a coordenação da profa. Maria de Nazareth Baudel Wanderley) e com o CIRAD *Projeto Políticas públicas e instituições de apoio às agriculturas familiares*, amparado pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC do Ministério das Relações Exteriores.

É de se ressaltar que os convênios em vigor nos anos 2000 têm produzido reflexões importantes para o debate sobre o desenvolvimento rural e o enfoque territorial, inclusive através da promoção de seminários nacionais e internacionais - *Seminário Internacional Planejamento e Desenvolvimento Territorial* (promoção UFPB/CIRAD/EMBRAPA), em dezembro de 1999, *Colóquio Franco-Brasileiro*

*Territórios e Sociedades Humanas no Semi-Árido Nordestino* (promoção UFPB/CIRAD), em agosto de 2001, *Seminário Internacional Sociedades e Territórios no Semi-Árido Brasileiro: em busca da sustentabilidade* (promoção UFCG/CIRAD), em dezembro de 2002 e o *III Seminário Anual do PROCAD: Teoria e pesquisa sobre o mundo rural: atores, projetos e sociedades*, em junho de 2004 - e da publicação de livros sobre estas temáticas (Cf. Sabourin & Teixeira, 2002 e Wanderley, 2004).

Além dessa trajetória acadêmica marcada pela reflexão teórica e metodológica sobre o “mundo rural” brasileiro e nordestino, uma característica marcante dos cursos de pós-graduação do Centro de Humanidades é o estímulo constante à articulação entre a produção científica e planos de ação concertados com a sociedade civil – particularmente com organizações de trabalhadores rurais e agricultores familiares – com o objetivo de fomentar o desenvolvimento rural.

Com efeito, a interação entre os cursos de pós-graduação do Centro de Humanidades com a sociedade civil regional é contemporânea à sua própria fundação. No fim dos anos 70 e durante toda a década de 80, por exemplo, quando a violência no campo era rotineira na região, havia uma intensa atividade de assessoria dos professores vinculados aos Cursos aos sindicatos rurais e à própria FETAG-PB.

Neste sentido, uma tradição cultivada durante anos foi a promoção de reuniões na universidade, congregando professores, alunos, pesquisadores, camponeses, lideranças de movimentos sociais e ONGs, para a discussão de questões e problemas relativos ao desenvolvimento rural e regional e à mobilização e organização dos atores sociais do campo. Isso redundaria na implementação do “Projeto Lua Cheia” que ambientaria, inclusive, a construção da *Articulação do Semi-Árido*, que hoje conduz, por exemplo, o Programa *1 Milhão de Cisternas*. A organização da AS-PTA na Paraíba também é tributária dessa tradição interativa.

Outra ação bastante significativa neste sentido é a cooperação com as Organizações Não Governamentais, seja através da admissão de técnicos oriundos delas como alunos dos cursos, seja pelas assessorias e consultorias prestadas a elas por professores e pesquisados. O exemplo do PATAF fala por si só: grande beneficiária dessa interação, essa ONG, há muitos anos apoiada e hoje presidida pela profa. Ghislaine Duqué, recebeu recentemente três importantes prêmios por seu desempenho na equacionamento do desenvolvimento social da região semi-árida, conferidos pelo Banco Mundial, pelo Banco do Brasil e pelo NEAD.

Atualmente, um acordo de cooperação com o CIRAD tem proporcionado a implementação de outras ações importantes neste sentido, como o desenvolvimento de uma pesquisa-ação junto ao Pólo Sindical de Lagoa Seca e a execução do Projeto UniCampo, iniciativa de extensão da UFCG, no âmbito da qual tem sido efetivada a construção da **Universidade Camponesa** no Brasil, através do oferecimento de cursos de desenvolvimento rural sustentável a camponeses do semi-árido paraibano (Cf. Caniello, Tonneau, Leal, Lima e Araújo, 2004).

Este Curso de Especialização, aliás, é mais uma ação da UFCG em prol da construção da Universidade Camponesa no Brasil, tanto em função de seus objetivos – oferecer formação aos atores sociais envolvidos com o desenvolvimento rural sustentável – quanto em virtude da parceria que se anuncia com a Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Mantém-se operante, portanto, uma das vocações mais fortes e perenes dos cursos de pós-graduação do Centro de Humanidades, ressaltada pela professora Anita Brumer em relatório avaliativo enviado à CAPES: a “excelente integração com a Extensão” (Brumer, 1998: 36), destacando-se a “ativa e continuada participação de professores e alunos em atividades de assessoria, acompanhamento e capacitação de lideranças de movimentos populares, de assentamentos de reforma agrária e de experiências de desenvolvimento agrícola alternativo” (Brumer, 1998: 36).

Assim, a proposta que ora apresentamos assenta-se numa dupla tradição: por um lado, uma produtiva reflexão teórica e metodológica sobre o mundo rural brasileiro e nordestino e, por outro, uma interação efetiva entre a Universidade e a sociedade civil organizada, tendo como objetivo a construção participativa de projetos e ações que apontem para rotas sustentáveis para o desenvolvimento rural.

### **3.2. OBJETIVOS E METAS**

Formar 36 agentes de desenvolvimento com capacidade teórico-analítica e operacional para atuar e apoiar na gestão social das dinâmicas de desenvolvimento nos territórios rurais e ainda:

- Propiciar conhecimentos teórico-metodológicos que possibilitem uma compreensão da realidade socioeconômica, política e institucional.
- Situar historicamente a definição, implementação e gestão das políticas públicas enquanto ferramentas para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, articulando-as com a construção da relação.
- Propiciar informações atualizadas sobre os conceitos de desenvolvimento sustentável, território, gestão social e metodologias participativas e interativas, a partir da construção de um conhecimento crítico-analítico.
- Desenvolver estudos qualitativos e quantitativos capazes de instrumentalizar a análise de impactos dos processos de desenvolvimento territorial em termos da gestão social (planejamento, execução, acompanhamento, monitoramento e avaliação).
- Ampliar a capacidade analítica, metodológica e de atuação dos participantes na relação com a complexidade e diversidade político-institucional e cultural dos territórios.

### **3.3. NECESSIDADE/IMPORTÂNCIA DO CURSO PARA A UFCG, ESTADO DA PARAÍBA, REGIÃO NORDESTE E ÁREA DE CONHECIMENTO:**

A realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável na UFCG, a partir de uma demanda da Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário e do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, fortalecerá e fomentará, sobretudo, a integração da Universidade Federal de Campina Grande com a sociedade através de uma articulação entre entidades governamentais e não-governamentais, demonstrando a capacidade da instituição em gerar conhecimentos e formar profissionais com sensibilidade e competência para enfrentar os desafios do desenvolvimento rural, área estratégica para a superação da pobreza e da exclusão social no país.

Por outro lado, a realização do curso deverá contribuir para o fortalecimento da pós-graduação no âmbito do CH, pois é uma oportunidade para professores e alunos vinculados ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia aprofundarem conhecimentos nas áreas do desenvolvimento sustentável e da sociologia rural, tradicionais campos de investigação do programa, além de se beneficiarem da presença de uma gama de especialistas internacionalmente renomados que serão convidados para ministrarem disciplinas no curso e, eventualmente, participarem de eventos, palestras, mesas-redondas, exames de qualificação, bancas de defesa de dissertações e teses promovidos pelo PPGS. Além do mais, estão previstos investimentos em equipamentos, mobiliário, aquisição de livros e bolsas para alunos da pós-graduação, os quais beneficiarão diretamente o Laboratório de Informática, a Biblioteca e o próprio corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do CH.

Para o Nordeste, e particularmente para a Paraíba, o curso formará especialistas na gestão do desenvolvimento rural sustentável, com enfoque no desenvolvimento territorial, que estarão atuando na construção e execução de programas e políticas de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida nas áreas consideradas prioritárias para atuação do poder público. Como a proposta pedagógica envolve, além da formação teórico-metodológica, a prática de pesquisa em diagnóstico e planejamento territorial e a elaboração participativa de planos de qualificação para o desenvolvimento rural sustentável nos territórios de origem dos educandos, o curso produzirá contribuições concretas para a superação da pobreza e da exclusão social na região Nordeste e na Paraíba.



#### 4. CORPO DOCENTE, ESTRUTURA CURRICULAR E NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO

##### 4.1. CORPO DOCENTE

Nº DE ORDEM	NOME DO PROFESSOR	TÍTULO (D/M/Esp)	IES A QUE ESTÁ VINCULADO (SIGLA)	PERTENCE AO QUADRO PERMANENTE DA IES QUE OFERECE O CURSO?	
				SIM	NÃO
01	Márcio de Matos Caniello	D	UFCCG	X	
02	Luis Henrique Hermínio Cunha	D	UFCCG	X	
03	Lemuel Dourado Guerra Sobrinho	D	UFCCG	X	
04	Rodrigo de Azeredo Grünwald	D	UFCCG	X	
05	Marilda Aparecida de Menezes	D	UFCCG	X	
06	Ghislaine Duque	D	UFCCG		X
07	Jean-Philippe Tonneau	D	UFCCG		X
08	Renato Kilpp	D	UFCCG	X	
09	Érico Alberto de Albuquerque Miranda	D	UFCCG	X	
10	Fernanda de Lourdes Almeida Leal	M	UFCCG	X	
11	Olívio Alberto Teixeira	D	UFS		X
12	Eliane Dayse P. Furtado	D	UFC		X
13	José Ribamar Furtado de Souza	D	UECE		X
14	Sérgio Schneider	D	UFRGS		X
15	Tânia Bacelar	D	UFPE		X
16	Maria Nazareth Baudel Wanderley	D	UFPE		X
17	Maria do Socorro Silva	M	UNB		X
18	Paulo César Arns	M	UFPE		X

VER ANEXO I - CURRÍCULOS DOS PROFESSORES DO CURSO

## 4.2. ESTRUTURA CURRICULAR, CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS E COMPROMISSO DEPARTAMENTAL

### 4.2.1 - ESTRUTURA CURRICULAR

NOME DA DISCIPLINA	DEPARTAMENTO RESPONSÁVEL (sigla)	Nº DO PROF <sup>*</sup>	HORAS / AULA	CRONOGRAMA DAS DISCIPLINAS	
				INÍCIO MÊS/ANO	TÉRMINO MÊS/ANO
Teoria Econômica e Conjuntura do Desenvolvimento	DEF	08/15	16	04/2005	04/2005
Desenvolvimento Sustentável: Teoria e Conceito	DCSFD	02	16	04/2005	04/2005
Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável	DCSFD	11	16	04/2005	04/2005
Humanidade, Campesinato e Desenvolvimento Sustentável	DCSFD	01	16	04/2005	04/2005
A Questão Agrária e as Políticas Agrícolas no Brasil	DCSFD	16	16	04/2005	04/2005
Oficina de Pesquisa I	DCSFD	07/13	16	04/2005	04/2005
Prática de Pesquisa Territorial I	DCSFD	07/13	30	05/2005	05/2005
Estratégias de Desenvolvimento Agrícola Sustentável	DEF	09	16	06/2005	06/2005
Estratégias de Desenvolvimento Rural Sustentável	DCSFD	14	16	06/2005	06/2005
Planejamento do Desenvolvimento Rural Sustentável	DCSFD	07/13	16	06/2005	06/2005
Identidade, Ação Coletiva e Desenvolvimento Sustentável	DCSFD	04	16	06/2005	06/2005
Desenvolvimento Territorial e Responsabilidade Social	DCSFD	17	16	06/2005	06/2005
Oficina de Pesquisa II	DCSFD	12	16	06/2005	06/2005
Prática de Pesquisa Territorial II	DCSFD	07/12	30	07/2005	07/2005
Seminário de Pesquisa Territorial	DCSFD	07/12/13	16	08/2005	08/2005
Organização Social e Gestão do Desenvolvimento Rural	DCSFD	06	16	08/2005	08/2005
Educação e Cultura do Campo	DE	10	16	08/2005	08/2005
Temas em Gestão do Desenvolvimento Territorial I	DCSFD	05	16	08/2005	08/2005
Temas em Gestão do Desenvolvimento Territorial II	DCSFD	03	16	08/2005	08/2005
Oficina de Pesquisa III	DCSFD	18	16	08/2005	08/2005
Prática de Planejamento Territorial Participativo I	DCSFD	01/07/18	120	09/2005	10/2005
Seminário de Planejamento Territorial I	DCSFD	01/07/18	40	10/2005	10/2005
Prática de Planejamento Territorial Participativo II	DCSFD	01/07/18	120	11/2005	12/2005
Seminário de Planejamento Territorial II	DCSFD	01/07/18	40	12/2005	12/2005
Monografia				01/2006	06/2006
<b>INFORMAR O PERÍODO DE FÉRIAS DO CURSO: De a</b>					
<b>VER ANEXO II - EMENTAS E BIBLIOGRAFIAS BÁSICAS DAS DISCIPLINAS DO CURSO</b>					

<sup>(\*)</sup>Nº do Professor é o número de ordem usado no item 4.1 - Corpo Docente.

### 4.2.2 - COMPROMISSO DEPARTAMENTAL COM A OFERTA DE DISCIPLINA

Há neste Projeto disciplina a ser ofertada por Departamento que não é responsável direto pelo Curso?

Sim  Não

Caso a resposta tenha sido afirmativa, especificar o número de certidões departamentais ativando o compromisso do respectivo Departamento com a oferta da disciplina do curso, de acordo com o cronograma apresentado, e juntar as certidões em anexo a este projeto.

O número de certidões necessárias é: **3 (três)**

### 4.3. METODOLOGIA DE ENSINO (DESCRIÇÃO E JUSTIFICATIVAS)

#### 4.3.1. PERSPECTIVA POLÍTICO-PEDAGÓGICA

Como uma proposta mobilizadora calcada na recuperação e no cultivo das potencialidades dos “saberes e fazeres” locais, através da promoção de sua interação com o saber técnico-científico universitário, propomos uma perspectiva político-pedagógica criativa, inovadora e crítica. Neste sentido, adotamos a abordagem de Paulo Freire porque sua pedagogia não se apresenta como um “manual ortopédico” sobre “como ensinar”, mas como um processo pedagógico, cuja preocupação fundamental consiste em saber “o que significa conhecer” (Silva, 1999), respeitando as particularidades dos envolvidos nesse processo e enxergando a educação como meio indispensável à “mudança de uma sociedade de oprimidos para uma sociedade de iguais” (Gadotti, 1979, p.10).

Como um modelo diferente das metodologias tradicionais que consistem ainda hoje em limitar o pedagógico à sala de aula e à relação hierarquizada de poder/saber entre professor e aluno, a concepção freireana faz nascer um pensamento pedagógico que conduz o educador/a a engajar-se social, cultural e politicamente na luta pela transformação de estruturas que sejam consideradas opressivas pelos sujeitos nelas inseridos (Cf. Gadotti, 1979: 10).

Assim, no que diz respeito ao modo como o conhecimento é construído, salienta-se a necessária atenção ao “capital cultural” existente, o qual é continuamente produzido no espaço pedagógico. O conhecimento, nessa perspectiva, não “aparece” importado de uma fonte universitária, cujo veículo seria o professor, mas produz-se continuamente como resultado da interface entre o saber já consolidado, que é re-significado a cada encontro pedagógico, e o saber que se produz.

Sob essa perspectiva, o professor deve “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção” (Freire, 1999: 52). É a substituição de um modelo fundamentado na “educação bancária” por uma metodologia alternativa denominada de “educação problematizadora” (Cf. Freire, 1975), modelo que se pauta numa perspectiva fenomenológica, para a qual não se separa, no processo de conhecimento, o ato de conhecer daquilo que se conhece, estando implicado nesse ato a presentificação do mundo para a consciência, que, para Freire, não é nunca um ato isolado e individual, mas intercomunicativo e intersubjetivo.

Na perspectiva da educação problematizadora, o mundo não é simplesmente “comunicado”, mas educador e educandos produzem, através do diálogo, um conhecimento do mundo (Silva, 1999). Nesse sentido, a proposta freiriana aproxima-se da pedagogia marxista expressa na terceira tese contra Feuerbach, segundo a qual “as contingências são mudadas pelo homem”, num processo em que “o próprio educador deve ser educado” (Marx, 1978 [1845]: 51).

A implementação de um processo de mudança orientado por estes valores implica na adoção de uma estratégia de apoio ao Desenvolvimento Territorial fortemente embasada na formação técnica, social e política do capital humano, e no fortalecimento do capital social, tomando a transformação um processo sócio-político de mudança cultural e institucional, que deve refletir-se na dinamização das economias territoriais, em bases mais sustentáveis técnica, social e ambientalmente.

Alguns fatores pedagógicos dão consistência e sustentação à relação entre aprendizagem e o significado do novo conhecimento no processo de transformação da realidade. Destaque-se, dentre outros:

- **Vivência:** Os conhecimentos mais valorizados se forjam nos processos de transformações das realidades sociais. É no resgate das experiências vivenciadas e na análise crítica e contínua sobre a prática que vão se construindo conceitos, refazendo-se práticas e comportamentos, se adquirindo e aperfeiçoando as habilidades e destrezas, e internalizando ou assimilando de maneira crítica e consciente os elementos que serão incorporados à dinâmica econômica, social, política e cultural dos territórios.
- **Participação:** O estímulo à participação na gestão social do território é fundamental no processo educativo, promovendo processos dialógicos, através dos quais objetivos, produtos e resultados são estabelecidos e compartilhados pelo coletivo. Os processos participativos têm como característica fundamental a reflexão sobre a prática social, pois é a partir dela que

indivíduos, organizações e comunidades adquirem novos conhecimentos válidos sobre sua realidade e a capacidade para transformá-la na busca da sustentabilidade e da construção de conhecimentos que possibilitem o fortalecimento desse processo.

- **Autonomia:** Ênfase na solidariedade, cooperação, confiança, comunicação, participação e na co-responsabilidade entre os atores, tornando o território um ator do seu próprio desenvolvimento. Para se tratar da questão da autonomia deve-se também abordar a questão do empoderamento. Este é um processo seletivo consciente e intencional que tem como objetivo a equiparação de oportunidades entre os atores sociais envolvidos na construção do desenvolvimento sustentável.
- **Confiança, solidariedade e cooperação:** O processo formativo deve estar permeado pela confiança, solidariedade e cooperação, elementos fundamentais do capital social e para a organização da sociedade quando ela participa nos espaços em que se pratica a gestão social.

Utilizando-se a abordagem pedagógica descrita, o curso está estruturado de forma a viabilizar a participação, o debate, o diálogo e a crítica, num processo de construção coletiva, no âmbito do qual educandos e professores constituem-se em sujeitos do processo formativo. O conteúdo programático será desenvolvido em módulos que utilizarão técnicas e métodos de ensino com abordagens participativas e interativas, recorrendo-se a exposições dialogadas, leituras de textos teóricos, trabalhos de grupos, apresentação de vídeos, apresentações em *Power Point*, transparências, etc.

A abordagem participativa torna-se um referencial para a construção da estratégia do curso, como também para quaisquer metodologias voltadas para o desenvolvimento territorial sustentável. Essa abordagem adotada no curso irá auxiliar os educandos no entendimento da dinâmica estabelecida no território do ponto de vista social, ambiental, político-institucional e o estágio atual existente em cada um deles com relação à gestão social do desenvolvimento territorial.

#### 4.3.2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O curso utilizará a abordagem da “alternância”, que é um processo formativo contínuo na descontinuidade de atividades e de espaços e tempos. Tal princípio repousa sobre a combinação, no processo de formação dos educandos, de períodos de vivência na academia e no território de origem. Alterna-se, assim, a formação na ação nos territórios com a formação teórica geral na academia que, além das disciplinas básicas, engloba oficinas preparação para a pesquisa e seminários de análise e síntese do trabalho prático nos territórios.

Para que haja uma integração formativa nos diferentes espaços academia-território, atividades didáticas na UFCG serão intercaladas com períodos de trabalho prático nos territórios (pesquisa territorial e prática de planejamento territorial participativo), acompanhado por tutores, professores e coordenação pedagógica, que orientarão as atividades planejadas em sala de aula. Essa articulação entre teoria e prática visa possibilitar a proposição de ações dos educandos de acordo com o processo de cada território, qualificando assim os elementos da gestão que estão sendo vivenciados nas regiões de origem e coordenados pelas CIATS (sensibilização/ mobilização / planejamento / organização / execução / articulação / monitoramento e avaliação) . Isto é, os educandos estarão engajados na elaboração de “propostas de qualificação da ação”, aprofundando uma análise crítica desse processo e das ferramentas que estão sendo utilizadas nos territórios.

O Curso está estruturado em 5 atividades desenvolvidas em alternância:

1. **Formação Teórico-Metodológica:** os módulos didáticos terão a duração de duas semanas cada (de segunda a sábado, das 08 às 12 e das 14 às 18 horas), os quais deverão ser desenvolvidos a cada dois meses (abril, junho e agosto de 2005). Em cada módulo serão ministradas 06 disciplinas de 16 horas/aula, fechando sempre com a disciplina “Oficina de Pesquisa”, visando preparar os educandos para o trabalho de pesquisa territorial nas regiões de origem.
2. **Pesquisa Territorial:** será desenvolvida nos meses intercalados entre os módulos de formação (maio e julho de 2005) e terá como objetivo fundamentar a elaboração da proposta de qualificação do processo de planejamento e gestão dos territórios. Durante este trabalho prático, os educandos irão realizar um diagnóstico do que existe em cada território, dos processos que estão sendo desenvolvidos e dos atores sociais envolvidos no sentido de

encontrar diretrizes gerais que possam ser aprofundadas no “Seminário de Pesquisa Territorial”, a ser realizado no terceiro módulo.

3. **Prática de Planejamento Territorial:** tem como objetivo a elaboração participativa da proposta de qualificação do processo de planejamento e gestão dos territórios. cujos resultados serão apresentados e discutidos com os componentes das CIATS, resultando, portanto, num “plano de qualificação da ação” desses agentes nos territórios, assegurando assim o papel deliberativo e gestor das CIATS. Será executada em dois estágios de 120 horas cada, sendo o primeiro nos meses de setembro e outubro, e o segundo nos meses de novembro e dezembro de 2005.
4. **Seminários de Planejamento Territorial:** terão como objetivo promover a troca de experiências e informações entre o grupo de educandos e os professores, visando uma avaliação continuada dos processos de pesquisa territorial e de elaboração das propostas de qualificação ação. Cada seminário terá 40 horas de aula (de segunda a sábado, das 8 às 12 e das 14 às 18 horas) e serão desenvolvidos nos meses de outubro e dezembro.
5. **Monografia:** os alunos deverão elaborar uma monografia relatando a experiência da elaboração participativa das propostas de qualificação da ação em seus territórios de origem, a qual deverá incluir também uma reflexão crítica baseada nos conteúdos teóricos discutidos em sala de aula, nas definições metodológicas construídas nas oficinas de pesquisa e nas sínteses produzidas nos seminários de pesquisa e de planejamento territorial. Cada educando terá um orientador e cada grupo de 06 (seis) educandos será acompanhado por tutores (mestrandos e doutorandos de sociologia), que participarão em todas as etapas do curso como monitores do processo pedagógico. As monografias deverão ser concluídas até o mês de junho de 2006 e serão examinadas por bancas em defesas públicas a serem realizadas nos meses de julho e agosto do mesmo ano.

#### 4.3.3. AVALIAÇÃO

A avaliação realizar-se-á mediante a observação da participação e compromisso dos alunos, demonstrado ao longo de cada módulo e no trabalho prático nos territórios. As atividades teóricas e práticas serão apresentadas através de trabalhos individuais e em grupos, a partir das temáticas trabalhadas e do trabalho nos territórios, devendo os alunos formular uma proposta de qualificação da ação nos territórios e no final do curso elaborar uma monografia.

O trabalho final deverá ser individual com orientação de um docente do quadro do curso, sendo estabelecido um prazo de seis meses, após o curso, para entrega de sua monografia. Serão avaliadas a capacidade de articulação de argumentos teórico-conceituais e a elaboração da argumentação. Também serão valorizados a clareza de idéias, a originalidade, a consistência e o domínio da bibliografia de referência do tema trabalhado. Todos estes aspectos deverão obedecer às normas de avaliação das UFCG.

#### 4.4. NORMAS DE FUNCIONAMENTO DO CURSO (VER ANEXO III - REGULAMENTO DO CURSO)

#### 4.5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUMER, Anita. *Relatório de Visita ao Curso de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Humanidades – UFPB – Campus de Campina Grande*. Porto Alegre, 1998, dat.
- CANIELLO, Márcio. “Os 25 anos da pós-graduação em Sociologia do Centro de Humanidades”. *Raízes: revista de ciências sociais e econômicas*, vol. 22, nº 1, janeiro a junho de 2003.
- CANIELLO, Márcio; TONNEAU, Jean-Philippe; LEAL, Fernanda; LIMA, Josafá Paulino de; ARAÚJO, Alexandre Eduardo de. *Projeto Unicampo: uma universidade camponesa para o semi-árido brasileiro*. Campina Grande, UFCG, 2004, dat.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 13ª edição. São Paulo, Paz e Terra, 1999.
- GADOTTI, Moacir. “Educação e Ordem Classista” (Prefácio), in. FREIRE, Paulo. *Educação e Mudança*. 14ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

- MARX, Karl. *Teses contra Feuerbach*. São Paulo, Abril Cultural, 1978 (Os Pensadores).
- SABOURIN, Eric; TEIXEIRA, Olívio (orgs.). *Planejamento e desenvolvimento dos territórios rurais: conceitos, controvérsias e experiências*. Brasília, Embrapa Informação Tecnológica / CIRAD; João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ª edição. Belo Horizonte, Autêntica, 1999.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no Nordeste brasileiro*. São Paulo, Pólis, 2004.

## **5. CONDIÇÕES PARA SUPORTE INSTITUCIONAL AO CURSO**

### **5.1 - CORPO DOCENTE:**

**Disponível:** 10 professores vinculados aos Departamentos de Ciências Sociais, Filosofia e Direito, Economia e Finanças e Educação da UFCG (8 professores do quadro permanente, 1 professora aposentada e 1 professor visitante)

**Necessário:** 08 professores convidados indicados pelos parceiros institucionais (MDA/SDT e IICA) e vinculados a universidades públicas brasileiras

### **5.2 - MATERIAL DIDÁTICO E BIBLIOGRÁFICO:**

**Disponível:** 31.287 títulos e 59.698 exemplares de livros e aproximadamente 2.500 títulos de periódicos (Biblioteca Central da UFCG) e 4.871 títulos de livros e aproximadamente 3.000 exemplares de periódicos (Biblioteca da Pós-Graduação do Centro de Humanidades).

**Necessário:** 4 exemplares de 60 títulos de livros, totalizando 240 exemplares, a serem incorporados à Biblioteca da Pós-Graduação do Centro de Humanidades

### **5.3 - EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES:**

**Disponível:** O Programa de Pós-Graduação em Sociologia, vinculado ao DCSFD, possui um laboratório de informática com 6 computadores (2 em funcionamento e 4 em manutenção).

**Necessário:** 4 computadores, 2 impressoras, 4 estabilizadores de voltagem e 4 mesas completas para computador.

### **5.4 - ESPAÇO FÍSICO:**

**Disponível:** O Centro de Extensão José Farias da Nóbrega, onde as atividades do curso deverão ser desenvolvidas, dispõe de 2 mini-auditórios com capacidade para 40 pessoas cada e um auditório com capacidade para 200 pessoas.

**Necessário:** 1 sala para a Secretaria do Curso, 1 sala para arquivo e para alocação de material didático, material de expediente (em negociação com a Diretoria do Centro de Humanidades).